

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO

ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Referente ao PREGÃO PRESENCIAL 000001-26 ocorrido dia 24 de abril de 2026.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Órgão Solicitante: **SESC- TO – SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - TOCANTINS**

Processo Licitatório nº: 00001-26

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

2. DESTINATÁRIO

À Comissão de Licitação do SESC TO,

Na qualidade de participante do referido processo licitatório, submeto a presente solicitação de providências administrativas acerca da continuidade do certame supramencionado.

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se na análise técnica realizada sobre os atos procedimentais registrados na fase de habilitação. Após a revisão minuciosa da documentação apresentada, constatou-se que todos os licitantes foram inabilitados por não apresentarem a documentação de habilitação conforme estritamente exigido no instrumento convocatório (edital).

Dessa forma, a situação configura-se tecnicamente como uma "Licitação Fracassada", apresentando a seguinte motivação específica para a interrupção do certame:

A inabilitação de todos os proponentes decorre da inobservância de requisitos documentais essenciais previstos no edital. A continuidade do certame ou a aceitação de propostas em desconformidade feriria o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e o princípio da legalidade, uma vez que a Administração não pode validar atos que descumprem as normas previamente estabelecidas, sob pena de comprometer a isonomia e o interesse público.

Nota: A caracterização de licitação fracassada ocorre quando todos os licitantes são inabilitados ou todas as propostas são desclassificadas, impossibilitando a adjudicação do objeto.

4. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A pretensão de anulação ou revogação encontra amparo legal no Art. 71 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o qual estabelece que a autoridade competente poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade resultantes de fato superveniente devidamente comprovado;
- III - Anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente vício insanável.

Ressalta-se que, em observância aos princípios constitucionais e ao disposto no parágrafo único do referido artigo, será assegurado aos licitantes o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante concessão de prazo para manifestação, caso a decisão de anulação ou revogação venha a ser efetivada pela autoridade superior.

5. CONCLUSÃO E PEDIDO

Diante do exposto e considerando o dever da Administração Pública de zelar pela legalidade e pelo interesse público, SOLICITAMOS:

1. O recebimento e processamento do presente termo;
 2. A análise técnica da viabilidade de CANCELAMENTO/ANULAÇÃO do **PREGÃO PRESENCIAL 000001-26 ocorrido dia 24 de abril de 2026**, em virtude de Licitação Fracassada;
 3. A posterior remessa dos autos à Procuradoria Jurídica ou órgão de assessoramento para emissão de parecer conclusivo, se necessário;
 4. A publicação dos atos de suspensão ou encerramento nos meios oficiais de divulgação.
-

Palmas TO, 27 de abril de 2026.

KOCHE & DALLA COSTA LTDA.

CNPJ 03.737.166/0001-83

p/p FABIANA BARRENQUEVITCZ